

A agricultura e a questão da terra — do Estado Novo à Comunidade Europeia**

Os últimos vinte anos foram marcados por dois processos decisivos para compreender os contornos económicos e políticos que o país hoje apresenta. Referimo-nos à democratização iniciada em 1974, com a queda do Estado Novo, e à adesão à Comunidade Europeia (CE), em 1986.

A agricultura, nomeadamente a sua relação com o sistema económico, e a questão da terra, nas suas vertentes económica e política, foram parte integrante destes processos. No entanto, a apreciação das transformações para que contribuíram e das que registaram exige algum recuo no tempo. Assim, começa-se por traçar o panorama existente em meados do século e consideram-se depois três períodos: os anos que vão do final da década de 50 até 1974, onde se torna nítido o declínio do Portugal agrícola e rural, 1974-1976 e, finalmente, os anos da Europa.

EM MEADOS DO SÉCULO

Em meados do século a agricultura e a sociedade rural alcançaram a sua maior expressão demográfica. A população activa agrícola atingiu, em 1950, mais de 1,5 milhões de pessoas, o que correspondia a um acréscimo de 300 000 nos últimos vinte anos e de cerca de 100 000 na década de 40. O declínio foi mais rápido: em 1970 a quebra era já de um terço em relação ao número de 1950 e, onze anos depois, de mais de metade.

Era uma agricultura em que a população activa era o factor mais relevante para explicar a produção agrícola. A mecanização tinha uma expressão muito débil (apenas 0,25% das explorações utilizavam meios de trabalho mecânicos), o consumo de adubos químicos e de pesticidas era muito reduzido e a terra era o elemento central na organização da produção e na estrutura da sociedade rural, tanto *nos campos do Sul* — que se estendem das terras da Idanha, do Sul do Ribatejo e do estuário do Sado até à serra do Algarve — como nas manchas da agricultura familiar que ocupam as outras zonas do país.

Nestas últimas regiões a grande maioria da população agrícola encontrava-se ligada a explorações familiares e muitos dos recenseados como patrões detinham

* Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

** Este artigo foi publicado originalmente na revista *Agricultura y Sociedad*, n.º 68-69, Julho-Dezembro de 1993.

explorações de pequena dimensão e encontravam-se culturalmente muito próximos dos criados (assalariados), a quem forneciam alojamento e com quem partilhavam a mesa. Contudo, existiam também alguns milhares de grandes empresas patronais que se inseriam frequentemente em *patrimónios fundiários* de muito maior dimensão, constituídos por uma ou mais quintas, por várias parcelas dispersas, e englobando grandes porções de área florestal, que, como a generalidade da literatura sugere, se encontrava bem mais concentrada, que a área de cultura arvense e, muitas vezes, não estava integrada nas explorações agrícolas.

A gestão destes *patrimónios fundiários*, embora com diferenças regionais, decorria numa aproximação muito esquemática e meramente indicativa, dentro dos seguintes parâmetros: as matas eram exploradas directamente; os olivais e as árvores de fruto eram também frequentemente explorados por conta própria, embora nalgumas regiões prevalecesse o arrendamento e a parceria; a vinha, geralmente, era dada de parceria, como na região dos vinhos verdes, ou explorada directamente; nas *terras de sementeira* impunha-se o arrendamento e a parceria e nos casos em que havia conta própria esta verificava-se, predominantemente, em manchas integradas na quinta mais próxima da sede (casa-mãe) do *património fundiário*. Vê-se, assim, que estes *patrimónios* eram orientados tanto para a obtenção de lucros, através do aproveitamento da terra com base no trabalho assalariado, como para o recebimento de rendas e quotas de parceria, através do exercício dos direitos de propriedade.

De qualquer modo, devido às grandes extensões de terra que detinham, eram elementos decisivos na estrutura social desta zona, em que a terra era a base onde assentava a actividade económica. Esta situação dos *patrimónios fundiários* resultava, no plano económico-social, do controle das parcelas que davam de parceria e arrendamento a pequenos e médios agricultores numa época de grande pressão sobre a terra e também do número de postos de trabalho que asseguravam nas aldeias onde se situavam as terras que exploravam directamente. A estes factores económicos juntava-se a maior preparação cultural dos detentores destes *patrimónios*, que lhes facilitava uma relação privilegiada com o Estado e, de um modo mais amplo, com o exterior da comunidade rural. Nesta relação, a par do controle de largas extensões de terra, repousava a posição de supremacia que os *senhores* destes *patrimónios fundiários* geralmente detinham nas estruturas de poder em conjunto com os párcos, que beneficiavam de um capital cultural e simbólico que lhes assegurava uma posição destacada nestas estruturas. Os *senhores* e os párcos tiravam também supremacia da capacidade que tinham de assegurar a mediação da comunidade rural com o exterior.

Vale ainda a pena acrescentar que este poder dos *senhores* e dos padres se abatia sobre uma massa de famílias agricultoras que, além de necessitarem, para a sua sobrevivência, da parcela *dada* de arrendamento ou parceria ou da jorna ganha nas explorações de maior dimensão, viviam outras situações que também iam no sentido de as tornar incapazes de se representarem e que, portanto, contribuíam para as manter na dependência deste poder. Para exemplificar estas situações podem mencionar-se: o peso constante de um trabalho duro e pautado por uma larga rotina anual; as relações de parentesco e compadrio entre os diferentes

grupos sociais, como, por exemplo, o pequeno agricultor que, além de trabalhar na sua própria exploração, ganha umas jornas fora e dá ainda de arrendamento uma courela distante do lugarejo onde habita; o facto de, culturalmente, não ultrapassarem o universo da aldeia nas decisões que tomam. Se a este panorama se acrescentar a relação de dependência que os agricultores familiares tinham com a natureza e ainda o isolamento a que o declínio dos hábitos comunitários, acompanhado por uma crescente relação com o mercado, os foram submetendo, fica-se com uma aproximação mais nítida da sua situação.

Este mundo dos agricultores familiares não era uma imensa mole amorfa. A conflitualidade estava presente no quotidiano da sociabilidade dos lugares e aldeias; como exemplo, basta recordar os frequentes e, muitas vezes, mortais atritos em torno das águas ou a propósito dos limites das extremas das pequenas parcelas. Os confrontos e rivalidades entre os povoados vizinhos eram também correntes e nem sempre se desenrolavam de modo pacífico. A delimitação dos terrenos comunitários a que cada povo tinha direito e os combates dos bois do povo são apenas dois exemplos destas disputas. Verificavam-se também revoltas contra o Estado. Recordem-se, como exemplo, os levantamentos contra a florestação dos terrenos comunitários (baldios), tradicionalmente usufruídos pelos agricultores, e contra os preços e esquemas coercivos de comercialização que o Estado impôs nalgumas circunstâncias, como no período da guerra de 1939-1945.

Estas revoltas eram, no entanto, desfasadas no tempo e espacialmente descontínuas, limitando-se a ser levantamentos locais, que se circunscreviam aos limites de cada comunidade. Os agricultores familiares, dadas as suas próprias condições de vida e de trabalho, as características do seu saber e a informação de que dispunham, não tinham, de facto, qualquer possibilidade de unificar as suas lutas. Por outro lado, a repressão vigente era garantia segura de que nenhuma organização política exterior se encontrava em condições de o poder fazer. As revoltas eram incómodas para o Estado Novo, mas pouco relevantes no quadro das relações de forças do país.

Nos *campos do Sul* a terra, repartida em grandes latifúndios, era o elemento central de uma organização sócio-económica em que os assalariados agrícolas temporários constituíam a esmagadora maioria da população activa agrícola.

Nos latifúndios as melhores terras eram exploradas por conta própria e as de pior qualidade, retalhadas em pequenas parcelas, entregues de parceria para a cultura do trigo, designando-se por seareiros os pequenos agricultores que as cultivavam.

O desemprego era a ameaça permanente para a legião de assalariados temporários, para quem não havia alternativas de trabalho fora da agricultura nem estava aberto o horizonte, como mais tarde veio a suceder, da emigração ou de partir para o eixo Lisboa-Setúbal. A ditadura, que se impusera desde 1926, além de dissolver os sindicatos dos trabalhadores rurais, que na República (1910-1926) haviam colocado a questão da terra no centro do conflito e do debate social, reprimia duramente os movimentos de luta e protesto dos assalariados.

Os pólos de conflitualidade social, que, embora com expressões de intensidade variável, estava sempre presente nos campos do Alentejo, eram, de um lado, os grandes proprietários e latifundiários e, do outro, os trabalhadores agrícolas temporários.

A luta pela sobrevivência era a primeira preocupação dos trabalhadores temporários. Ser permanente era uma meta, mas a grande ambição era possuir uma parcela de terra que pudesse assegurar uma vida e uma velhice mais tranquilas.

Assim, tanto nos *campos do Sul* como nas zonas de agricultura familiar, a terra estruturava as relações sociais e de poder que enformavam a sociedade rural. A terra era também, numa agricultura muito protegida da concorrência dos mercados externos e assente num sistema tecnológico pouco sensível ao incremento da produtividade do trabalho, a base económica da actividade produtiva agrícola e o elemento que permitia compreender as rendas e os rendimentos usufruídos por cada um dos grupos sociais ligados à agricultura.

Nesta época a agricultura era ainda a actividade económica mais relevante — em 1950 empregava 47% da população activa e contribuía com 32% para o produto interno bruto — e nos anos 50, apesar do aumento populacional, a balança comercial agrícola apresentava, em termos médios, um saldo levemente positivo. Este resultado devia-se largamente aos baixos níveis de consumo, nomeadamente da população rural, mas derivava também do aumento da produção associado ao continuado alargamento da área cultivada anualmente e que atingiu a sua máxima expansão no início dos anos 60. O aumento da área cultivada foi, de resto, estimulado por várias iniciativas de política agrária do Estado Novo, onde se destacam as directrizes traçadas para o trigo, nomeadamente a da campanha do trigo lançada em 1929. A par destas medidas viradas para a produção agrícola desencadeou-se, desde 1938, uma política de florestação de baldios, que também viria a contribuir para o diagnóstico feito na segunda metade da década de 40, por três destacados agrónomos¹: o tema dos incultos chegava ao fim, pois o cultivo e a florestação do território tinham progredido e já não era possível assentar soluções na utilização do espaço abandonado. Ou seja, todo o espaço passara a ser terra, em grande parte apropriada pela sociedade rural através da sua actividade.

O diagnóstico do fim dos incultos revela, com nitidez, o fim de uma época que vem desde meados do século passado, em que se apresentava o aproveitamento dos incultos, em particular no Alentejo, como meio de contribuir para a agricultura resolver o problema alimentar do povo português sem grandes desequilíbrios na balança comercial. Assim, devido também aos baixos níveis de consumo, a agricultura conseguia corresponder ao objectivo principal — a função alimentar — que lhe era atribuído no modelo económico prevalecente até à década de 40 no discurso dos dirigentes do Estado Novo.

Este foi, no entanto, um sucesso demasiado tardio e que, mesmo antes de se desenhar com alguma nitidez, já era questionado no seio do regime. O país agrícola, o Portugal onde a agricultura era a actividade económica mais importante, começava já a morrer. De facto, com a guerra de 1939-1945 criaram-se condições que levaram ao triunfo de uma concepção *industrialista* e, no final dos anos 50, defendia-se com clareza nas instituições do Estado Novo a necessidade

¹ Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, *Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, 1945, pp. 78-83.

de intervir nas estruturas agrárias para as adaptar ao esforço de industrialização. Paralelamente, como consequência daquele triunfo, desde o fim da guerra até ao início da década de 60 os preços agrícolas fixados pelo Estado traduziram a subordinação da agricultura às necessidades do processo de industrialização.

O DECLÍNIO DO PORTUGAL AGRÍCOLA E RURAL

Nos anos 40, no seio do Estado Novo, debateu-se o lugar da agricultura na economia e na sociedade. Assim, por exemplo, em 1949, na II Conferência da União Nacional, três altos dirigentes do Estado Novo defendiam com nitidez posições divergentes. A. Sousa da Câmara, que fora chefe de gabinete do ministro da Agricultura na época da campanha do trigo, afirmava: «*Defender a agricultura tem-se como uma necessidade inadiável*. É que a comunidade agrícola se caracteriza pela força, pela permanência e unidade dos laços de família e pela relativa raridade da sua dissolução. Enquanto as sociedades industriais — afirmou-se numa conferência da National Catholic Rural Life sob inspiração da Sua Santidade Leão XIII — trabalham contra a família e em favor do divórcio, da deserção e das missões temporárias, as sociedades agrícolas são um elemento de fixidez, de estabilidade e de tranquilidade familiar.

Declara-se que o destino dos povos está nas massas rurais, que são as virtudes simples da vida rústica que constroem os impérios e lhes asseguram resistência e duração².»

Castro Fernandes, à época ministro da Economia, tinha uma posição conciliatória: «Reside, em grande parte, na característica agrícola o segredo da nossa magnífica unidade moral!» Mas, a par disto, admitia: «Nesta fase transitória, e dentro dos limites que se ajustam ao condicionalismo actual, fica larga margem para um esforço de industrialização, porque aquilo que interessa é criar elementos de uma indústria a valer, os técnicos e a técnica³.»

Finalmente, Ulisses Cortês, que viria a ser ministro da Economia nos anos 50, apresentava a outra opção: «A industrialização é hoje considerada como lei fundamental do nosso tempo, o sentido para que encaminha toda a evolução económica moderna»; «não podemos evidentemente ficar à margem deste movimento, renunciando aos seus benefícios e conservando-nos criminosamente entre os países de economia retardatária»; «dispomos de condições excepcionais para nos lançarmos na realização desta obra, aliás já em curso, e que apenas carece de ser ampliada e intensificada [...]»⁴.

A opção *industrialista* foi-se impondo na dinâmica da estrutura produtiva e foi fazendo o seu caminho na formulação das propostas de política agrária. No final da década de 50 os defensores da adaptação da agricultura às proclamadas neces-

² António Sousa da Câmara, «O problema da defesa dos meios rurais», in *II Conferência da União Nacional — Discurso Inaugural e Comunicações*, Lisboa, 1949, pp. 297-298.

³ Castro Fernandes, «O momento económico», in *II Conferência ...*, pp. 145 e 140-141.

⁴ Ulisses Cortês, «Alguns aspectos económicos», in *II Conferência ...*, pp. 214-215.

sidades do processo de industrialização defendiam com clareza as suas posições, como ressalta, por exemplo, da posição de Castro Caldas, em 1957, sobre a estrutura das explorações agrícolas, a propósito da política de colonização interna: «Até agora têm sido criadas empresas agrícolas sem que se admitam grandes meios de mecanização e de motorização hoje tecnicamente aconselháveis em países industrializados, impondo-se aos ‘casais agrícolas’ o estilo actual da nossa agricultura: auto-suficiência em matéria de trabalho e, pela moderação do nível de vida resultante da fraca produtividade do trabalho manual, reduzida dependência do exterior em matéria de consumo.» Depois defendia a nova função da agricultura: «À luz do conceito moderno, a finalidade de auto-suficiência total não tem defesa, visto que ofende o propósito político (no domínio da política económica) de estimular os elos de ‘interdependência’ da agricultura e da indústria, necessários para desencadear o progresso económico. As empresas agrícolas resultantes das obras de colonização devem ser o mais possível mecanizadas e motorizadas (as de Pegões já o são um pouco) e têm de estar em grande dependência do sector industrial da nação para constituírem centros polarizadores do consumo de produtos industrializados⁵.»

Os *industrialistas* defendiam mesmo, no final dos anos 50, nos trabalhos preparatórios do II Plano de Fomento, uma intervenção nas relações de propriedade através de uma nova regulamentação do arrendamento mais favorável aos rendeiros, do emparcelamento das pequenas parcelas de terra nas zonas da agricultura familiar e do parcelamento de grandes domínios fundiários nos *campos do Sul*.

Qualquer destes projectos teve forte oposição, no seio do Estado Novo, por parte dos latifundiários e dos grandes proprietários. A resolução do confronto entre estes e os *industrialistas* desenrolou-se entre 1958 e os primeiros anos da década de 60, num período muito perturbado para a ditadura. Na campanha eleitoral de 1958 o candidato oposicionista, Humberto Delgado, lança, referindo-se a Salazar, o seu famoso *obviamente, demito-o* e os próprios defensores do regime sentiram que a hora era de crise. Na sequência das eleições, o movimento oposicionista continuou activo, apesar da repressão desencadeada. Em 1961 rebentou a insurreição nacionalista em Angola: começavam as guerras coloniais, que só viriam a terminar com a queda do Estado Novo em Abril de 1974. As lutas operárias e estudantis alastravam e 1962 foi um ano de grande agitação, marcado logo no seu primeiro dia pelo ataque ao quartel de Beja, acto único de uma revolta que fracassou.

As perturbações políticas desaconselhavam que se criassem dificuldades a um dos mais sólidos baluartes do regime. O confronto entre os *industrialistas* e os grandes interesses ligados à terra, a propósito da intervenção nas relações de propriedade, foi, no essencial, resolvido no interior do Estado Novo em favor destes. Não houve, assim, qualquer intervenção nas relações de propriedade dos latifúndios. Não vingou a possibilidade de constituir explorações do tipo defendido pelos *industrialistas*, com base no arrendamento. A legislação sobre arrendamento

⁵ Eugénio de Castro Caldas, «Industrialização e agricultura», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 18, 1957, p. 165.

também não foi significativamente alterada a favor dos rendeiros e parceiros familiares e só os grandes rendeiros capitalistas, particularmente importantes nos *campos do Sul*, beneficiaram, de facto, com a lei do arrendamento rural de 1962. Esta última situação traduz a sobreposição, neste ponto, dos interesses dos grandes rendeiros sobre os dos grandes proprietários fundiários, o que, aliás, se associa ao relevo que o grande capitalista agrícola (por conta própria e ou arrendamento) adquiriu nos anos 60, acompanhando o declínio do latifúndio tradicional.

Mesmo as políticas de crédito, de preços e comercialização, embora frequentemente formuladas com o objectivo de favorecerem a perspectiva *industrialista*, foram geralmente concretizadas de modo a não excluírem nenhum dos grandes interesses tradicionalmente predominantes na esfera da produção agrícola.

A tibieza da intencionalidade da política agrária contrastou, no entanto, com as consequências da progressiva tendência para a abertura do país aos mercados externos e sobretudo da saída da população agrícola e rural, permitida pelos empregos criados com o processo de industrialização e, principalmente, pela emigração que se desencadeou, de forma maciça, nos anos 60. De 1960 para 1970 a população activa agrícola diminuiu 30%.

A saída da população articulou-se com uma acentuada transformação tecnológica, através da qual as explorações agrícolas procuravam adaptar-se ao crescente alargamento do mercado, ao aumento dos salários agrícolas e à partida de muitos filhos das explorações familiares. A mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes seleccionadas e de pesticidas, nomeadamente herbicidas, foram a face mais marcante das transformações operadas, que, em meados dos anos 70, já se encontravam largamente generalizadas.

Foram grandes as consequências destas mudanças no panorama das unidades de produção agrícola. Nos *campos do Sul* os latifúndios tradicionais tiveram uma evolução diferenciada. Os que reuniam maior capacidade de investir e dispunham de condições de produção, em particular de solos, capazes de assegurar maior competitividade no mercado equiparam-se, deixaram de dar terras de parceria, intensificaram o cultivo, ou seja, foram-se transformando em grandes empresas capitalistas. Os outros latifúndios, com solos de pior qualidade, evoluíram para um aproveitamento cada vez mais extensivo, florestaram ou foram abandonados.

Nas zonas da agricultura familiar assistiu-se à crise dos *patrimónios fundiários*, que se transformaram, nalguns casos, em grandes explorações capitalistas, mas na sua maior parte declinaram de modo irreversível. A agricultura familiar também se adaptou em torno de quatro grandes eixos: mecanização e especialização dos sistemas de produção; retracção da área cultivada; grande aumento do número de membros de famílias agricultoras que trabalham na indústria e nos serviços e do número destas famílias que sobrevivem com rendimentos exteriores à produção agrícola, não só provenientes dos salários, mas também da previdência, da emigração, etc. As três últimas alternativas foram as mais frequentes nas explorações familiares e apenas as de maior dimensão puderam investir e adaptar sistemas de produção mais especializados.

Foi também neste período que se começaram a vincar as transformações que hoje marcam o território. O quadro económico e social surgido do grande êxodo

agrícola levou a que a área cultivada se retraísse, dado que numa parte dos solos de pior qualidade não se conseguia agora produzir aos preços exigidos pelo mercado. Assim, no continente, em 1970-1974, a área semeada anualmente já caíra 23% em relação a 1960-1964.

Paralelamente, tornava-se evidente que a sociedade rural só se mantinha com vitalidade e sem grandes perdas demográficas nas regiões — sobretudo no Norte Litoral — em que a presença da indústria e serviços permitiram uma articulação, através do mercado de trabalho, entre a agricultura e estes sectores, ou seja, os membros das famílias agricultoras trabalham nas fábricas, armazéns e oficinas dispersos pelos campos ou localizados nas povoações próximas das suas casas. O Alentejo e o Norte Interior, afastados desta dinâmica, acusaram uma contínua quebra demográfica.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, a agricultura perdia peso relativo na economia do país. Em 1970 a parte da agricultura na população activa baixara para 30% e a sua contribuição para o produto interno bruto caíra para 17%. Esta evolução, decorrente das transformações entretanto verificadas nas estruturas produtivas, era, de resto, esperada. Foi, no entanto, acompanhada por uma incapacidade da agricultura para corresponder às expectativas dos *industrialistas*. Assim, enquanto de 1953 a 1963 a contribuição da agricultura para o crescimento do produto nacional bruto foi de 5,5%, de 1963 a 1973 diminuiu para 1,2%. O saldo da balança comercial agrícola torna-se, em termos médios, na década de 60, moderadamente negativo para, nos anos 70, se agravar decisivamente.

Esta evolução está, em grande parte, ligada à diferente evolução entre o produto agrícola bruto e o consumo privado (alimentação, bebidas e tabacos). Assim, enquanto o primeiro cresceu, a preços de 1963, a uma taxa média anual de 1,1% de 1960 para 1973, o consumo privado, também a preços de 1963, aumentou no mesmo período a uma taxa de 4,6%. Resta acrescentar que uma parte relevante deste aumento se deveu ao consumo de carnes, que vieram, em grande parte, a ser produzidas com matérias-primas importadas (milho, soja) em pecuárias sem terra. A agricultura portuguesa inseria-se, assim, de modo dependente nos complexos internacionais do milho e da soja.

Paralelamente, como consequência da crescente abertura ao exterior, da emigração, da retracção da área cultivada e da transformação tecnológica, a terra tornou-se menos escassa, declinou a sua importância na economia da agricultura e na capacidade de captar rendas. No entanto, na esfera política, os grandes proprietários e empresários ligados à terra e à agricultura continuavam, nos planos local e regional, a controlar as estruturas de poder, embora com os ajustamentos tornados inevitáveis pelas transformações ocorridas.

Nas regiões da agricultura familiar a comunidade rural manteve-se como o quadro da vida social e de organização do espaço decisivo para compreender a estrutura do poder local. O declínio dos *patrimónios fundiários* levou em muitos casos a novos equilíbrios na vida local, em que ganharam maior destaque os membros das profissões liberais, comerciantes, médios agricultores e, de um

modo geral, alguns elementos mais notados na vida das comunidades rurais. Apesar de tudo isto, persistiu nos aspectos essenciais a ordem dos *senhores* e dos párocos ao nível das estruturas de poder.

Nos *campos do Sul* a sobreposição do grande capitalismo agrário em relação ao latifúndio tradicional não se repercutia de modo relevante no âmbito local, mas levou a ajustamentos na relação destes grupos sociais com os órgãos centrais do Estado Novo.

O declínio do peso político e social da questão da terra foi também nítido, nesta época, nas lutas dos trabalhadores agrícolas dos *campos do Sul*. A pequena parcela como objectivo central ou como salvaguarda eventual foi-se esbatendo desde os anos 60. O tractor e a ceifeira-debulhadora impuseram-se de modo definitivo e tornaram cada dia menos atraente a pequena parcela cerealífera; o cultivo intensificou-se nas melhores terras e a extensificação, a florestação e o abandono cresceram nas restantes; a repressão manteve-se, mas a emigração e as oportunidades de trabalho na zona Lisboa-Setúbal tornaram mais aberto o horizonte dos trabalhadores, que partiram em grande número; os ranchos migratórios que vinham das regiões da agricultura familiar declinaram, pois a emigração devastou também as suas aldeias. Neste contexto, o desemprego diminuiu e os trabalhadores eventuais puderam exigir e lutar por salários mais elevados e melhores condições de trabalho; as grandes greves que percorreram o Alentejo em 1962 assinalaram esta nova fase, em que a defesa de um emprego aparecia como a alternativa local para a possibilidade de sair para Lisboa ou para França e Alemanha.

A TERRA NO CENTRO DO CONFRONTO POLÍTICO

Em Abril de 1974 iniciou-se uma nova época. O levantamento militar derubou o Estado Novo e abriram-se, de imediato, as vias da democratização do país. Liquidou-se a censura e a repressão policial, acabaram-se as guerras coloniais, tornou-se legal a constituição e actuação pública de partidos políticos, reconheceu-se o direito de associação e lançaram-se os mecanismos que levariam à edificação de um Estado democrático.

Este novo quadro político surgiu num período marcado internacionalmente pela crise petrolífera do início dos anos 70, cujas repercussões se sentiram, nomeadamente, na diminuição do emprego e dos fluxos migratórios e levaram também cada país a reapreciar a sua relação com as economias exteriores. Em Portugal a estas consequências juntaram-se os efeitos do fim do acesso privilegiado aos mercados das antigas colónias, da desmobilização dos militares devido ao termo das guerras coloniais, de uma situação sócio-económica interna em que os assalariados se encontravam em condições, legais e sem repressão, de lutar pela segurança do emprego, melhores condições de trabalho e salários mais elevados e da retracção do grande patronato com a queda do regime que tanto o protegera.

Abriu-se, durante três anos (1974-1976), um período de intenso confronto social, em que os grandes privilégios e interesses económicos consolidados durante

o Estado Novo procuravam resistir, o poder de Estado era frequentemente incapaz de fazer cumprir as suas deliberações e, entretanto, degladiavam-se as forças políticas e sociais para fazerem vingar as suas opções no futuro da sociedade portuguesa.

Neste panorama interno e internacional acentuou-se, no plano sócio-económico, a luta dos assalariados pelo emprego e fez caminho, nas forças ideológicas políticas e militares prevaletentes na época, uma perspectiva de desenvolvimento auto-centrado, em que a agricultura era chamada a desempenhar uma função relevante no desenvolvimento económico e a intervenção estatal na propriedade fundiária, a questão da terra, era retomada para tornar possível aquele desempenho.

A reforma agrária era, de resto, um dos temas em que se reconheciam muitos dos que se tinham oposto à ditadura e que foi empunhado pelas organizações políticas e sindicais na hora em que se constituíram ou, no caso das que tinham uma história já enraizada no passado, se refaziam legal e publicamente. A questão da terra estava, assim, no primeiro plano do debate político e ideológico e a Constituição promulgada em Abril de 1976 e aprovada por grande maioria na Assembleia Constituinte eleita em Abril de 1975 previa, explicitamente, a reforma agrária e o apoio aos pequenos e médios agricultores e às cooperativas e formas de exploração colectiva.

Neste contexto, a legitimidade da reforma agrária assentava tanto na necessidade de modificar as condições de vida e de trabalho, que durante décadas os latifúndios e as grandes empresas haviam imposto aos trabalhadores agrícolas, como na perspectiva de que a alteração das estruturas agrárias era necessária para adequar a agricultura às funções que deveria desempenhar no sistema económico. De resto, no próprio interior do Estado Novo, como já antes se referiu, a corrente *industrialista* chegou a propor a intervenção nas estruturas agrárias para ajustar a agricultura ao modelo de desenvolvimento pretendido.

No período de 1974-1976 o poder de Estado aprovou um amplo leque de medidas destinadas a concretizar a reforma agrária e a apoiar os agricultores familiares, mas a sua concretização dependia sobretudo das relações de forças que se estabeleciam regionalmente, pois, como já antes se notou, a capacidade de exercício do poder de Estado era relativamente débil face, no caso da agricultura e da sociedade rural, às dinâmicas regionais. Em qualquer das duas grandes regiões que se têm vindo a considerar — *campos do Sul* e zonas da agricultura familiar — a questão da terra emergiu com centralidade no confronto político e ideológico e as relações de força que se estabeleceram em cada região foram determinantes na marcha dos acontecimentos.

Nas zonas da agricultura familiar prevaleceu a ordem dos *senhores dos patrimónios fundiários* e dos párocos, que fomentou um clima de violência e instabilidade (fogos, atentados bombistas, incêndio de sedes do Partido Comunista, etc.) e mobilizou activamente a população contra os novos ventos, evocando, como um dos temas centrais, o debate em torno da questão da terra.

Nos *campos do Sul* assistiu-se à derrocada da ordem dos grandes proprietários e empresários capitalistas, pois esta não tinha enraizamento nas sociabilidades locais que lhe permitisse sobreviver sem o apoio da ditadura. Nestas sociabi-

lidades predominavam os assalariados agrícolas temporários, movidos por uma esperança já antiga que não se reconhecia na ordem existente. Durante a I República (1910-1926) o proletariado agrícola do Sul irrompera pela primeira vez como sujeito social organizado. A ideia da reforma agrária foi uma reivindicação avançada, com força, pelo movimento sindical e em 1918 ocorreu mesmo uma simbólica ocupação de terras em Vale de Santiago (concelho de Odemira).

Neste período o anarco-sindicalismo era a influência dominante no movimento sindical. Só na década de 20 se começou a fortalecer a implantação comunista num processo a que não foi estranha a crise do movimento operário e o fascínio que a revolução de 1917 exerceu sobre muitos dirigentes daquela corrente. O Partido Comunista enxertou-se no Alentejo sobre a tradição anarco-sindicalista.

Depois de 1926, com o golpe militar que abriu as portas ao Estado Novo, Portugal mergulhou numa ditadura, durante a qual a estrutura do Partido Comunista se sobrepôs à das organizações anarco-sindicalistas e se tornou o braço forte do proletariado agrícola, a quem fornecia também a visão de uma sociedade nova. Não era em todo o caso a mensagem que levava a uma aproximação com o Partido Comunista; era sobretudo a situação do oprimido que encontrava um esteio. Ser comunista nascia, nos *campos do Sul*, desta situação e só num segundo momento era uma opção.

A primeira metade da década de 70 foi um período de ruptura. Como já antes se referiu, as consequências da crise e da queda da ditadura contribuíram para, devido ao aumento do desemprego, se acentuar a pressão sobre a terra.

Com a queda do Estado Novo a questão da terra, central na identidade social dos trabalhadores, foi proclamada com vigor no confronto social que, nos anos de 1974-1975, se desequilibrou, no Alentejo, a favor dos trabalhadores agrícolas temporários. Estes eram, de um modo geral, trabalhadores que sempre tinham sido arredados da gestão e organização do processo produtivo. A sua esperança possível era um emprego e um salário permanentes e não tornarem-se pequenos agricultores, o que, aliás, aparecia condenado pela evolução tecnológica da agricultura alentejana e pelo modelo económico-social que emergia com nitidez da ideologia das organizações e movimentos sociais dos assalariados temporários. Quando estes, em 1975, ocuparam 1 130 000 ha e se organizaram em cerca de 500 unidades colectivas de produção, estavam a concretizar a reforma agrária, cumpriam a sua ideologia e conquistavam um emprego; a terra aparecia-lhes como a possibilidade de alcançarem este último objectivo.

A unidade colectiva de produção — um colectivo de trabalhadores que controlavam em comum a terra e os meios de produção — conciliava a ideologia, a conquista do emprego e a marca de trabalhador parcelar, que encontrava no colectivo uma forma de superar as suas dificuldades com a globalidade do processo produtivo.

A luta pela terra foi, assim, o processo de lutar pelo emprego e concretizou-se sob uma forma que conciliava a herança (ideologia) com o possível (trabalho parcelar).

Os anos de 1974-1976 foram, no entanto, um curto período muito conturbado política e socialmente, que não permitiu consolidar e tornar evidentes as

consequências das transformações operadas nas estruturas agrárias dos *campos do Sul*. Verificou-se, assim, que neste período o peso económico da terra continuou a diminuir acentuadamente e a agricultura não satisfazia as condições exigidas por qualquer dos modelos de desenvolvimento — autocentramento ou continuação do que vinha do período anterior — defendidos pelos projectos políticos em confronto. Simultaneamente, nos planos político e ideológico, a questão da terra extravasou dos níveis local e regional e foi um tema central no debate nacional.

A ADESÃO À COMUNIDADE EUROPEIA

Passado o período de 1974-1976, a situação política começou a estabilizar com contornos que sossegaram a ordem dos *senhores* e dos párcos das zonas da agricultura familiar e que fizeram avançar, logo desde 1977, a contra-reforma agrária. Esta viria, até final dos anos 80, a liquidar as unidades de produção da reforma agrária, geridas por colectivos de trabalhadores e cuja lógica de funcionamento económico se pautava, pelo menos tendencialmente, pela maximização do emprego, procurando que todos tivessem direito a trabalhar e a viver nas suas aldeias.

A consagração deste processo político foi a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Europeia (CE), que alterou substancialmente o referencial de apreciação do lugar da agricultura no sistema económico. Assim, passou-se a privilegiar a sua competitividade no quadro das agriculturas europeias e diminuiu a ênfase na avaliação do seu contributo para o desenvolvimento interno. De facto, num país dependente como Portugal, a avaliação da dinâmica da economia deslocou-se dos equilíbrios e interacções que, num dado contexto internacional, se estabelecem entre os diferentes sectores da economia nacional para o efeito da resultante das articulações de cada sector da economia do país com a economia da CE. Esta mudança de referencial deriva, como é bem conhecido, da progressiva quebra de barreiras alfandegárias e da existência de políticas, de que o exemplo mais acabado é a própria política agrícola comum (PAC), idênticas para todo o espaço da CE e delineadas em função do conjunto da economia da Comunidade.

A adesão à CE teve, de imediato, duas grandes consequências para a agricultura portuguesa: a entrada de somas avultadas de dinheiro e o início da queda das protecções alfandegárias, embora os efeitos desta venham sendo atenuados por um largo período de transição.

Apesar de estar ainda por fazer um balanço detalhado dos efeitos destas duas vertentes, a informação disponível e os estudos feitos não evidenciam um reforço da competitividade da agricultura portuguesa no quadro da CE e mostram que se acentuaram as grandes linhas de transformação desenhadas desde os anos 60.

Assim, acentuou-se a importância dos rendimentos exteriores (trabalho assalariado, previdência, remessas da emigração, pequenos negócios, etc.) na economia das famílias agrícolas. Em 1989, para 61% dos agregados domésticos agrícolas, a maior parte do rendimento não provinha das respectivas explorações.

Continuaram os défices elevados da balança comercial agrícola e, como era de esperar, a agricultura continuou a perder peso no conjunto da economia, correspondendo-lhe agora 18% da população activa e 6,5% do produto interno bruto. A área agrícola continuou a retrair-se. Assim, de 1960-1974 a 1985-1988 a área semeada anualmente no continente caiu 45%. Uma parte significativa do território deixava de ser terra e voltava a ser espaço.

Nas regiões onde a sociedade rural assentava sobretudo na agricultura — Norte Interior e Alentejo — o despovoamento continuou a acentuar-se. No Norte Litoral mantinha-se o dinamismo de uma sociedade rural que, como já antes foi referido, não assentava apenas na agricultura.

A agricultura enfrenta dificilmente e sem sucesso a economia da CE, a que se encontra cada dia mais exposta, ou seja, continua incapaz de corresponder ao que se lhe exige no actual modelo económico. A terra perde relevância económica, como, de resto, vem sucedendo desde os anos 60. Estão longe os anos em que todo o espaço era terra que não chegava para todos os que queriam trabalhar e os proprietários fundiários impunham os seus pesados interesses numa economia muito protegida do exterior.

Neste período declinou também a influência política e social da questão da terra, para o que contribuiu o crescente esmorecer do debate ideológico em torno deste tema, a contínua perda de peso da agricultura, e, sobretudo, a democratização das câmaras municipais e das juntas de freguesia permitiu que, na gestão do espaço local, a opção dos cidadãos se sobrepusesse à dos que detêm o controlo económico dos territórios.

DUAS REFLEXÕES DO PRESENTE

Como se mostrou, a questão da terra e a questão agrícola não coincidem. A primeira tem uma componente de âmbito político-social que remete para o lugar que a terra ocupa na estruturação das sociabilidades e do poder nos níveis local e regional. É neste âmbito que se geram conflitualidades, no interior da esfera de produção agrícola, entre os diferentes grupos e classes sociais (assalariados/empresários e latifundiários; proprietários/rendeiros e parceiros). Paralelamente, é nestas dimensões locais e regionais que enraíza a relação política destes grupos e classes com o poder de Estado. A vertente económica da questão da terra, no sentido que se lhe atribuiu neste texto, decorre dos rendimentos que a propriedade fundiária, enquanto tal, permite captar. Este aspecto é, de resto, a face mais relevante da frequente discrepância entre a questão da terra e a questão agrícola, ou seja, a adequação da agricultura às necessidades do sistema económico. Esta discrepância é muito frequente na história agrária dos países mergulhados na economia de mercado e é também o cerne do conflito entre os interesses ligados ao fundiário e aos outros sectores da economia.

Posta esta nota, vai concluir-se com duas reflexões suscitadas pelo panorama que hoje se começa a desenhar. Assim, no início dos anos 90 a tradicional questão

da terra está apagada e a agricultura asfixia-se no confronto com as outras economias da CE. Esta asfixia tende mesmo a agravar-se com a entrada em vigor, desde 1992, da nova PAC, que vai acentuar decisivamente a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo, económica e socialmente assistido por Bruxelas, com uma crescente dependência alimentar, pesando cada vez menos no quadro negocial europeu e, simultaneamente, empurrando uma parte da sua população para os mercados de trabalho de outros países da CE, onde vai aumentar as já numerosas colónias de portugueses que aí vivem um estatuto cívico e social de segunda classe, numa Europa que é apenas um grande mercado.

Esta é, afinal, uma questão central. A Europa da CE é hoje sobretudo a construção de um grande mercado crescentemente alheio ao controle democrático dos cidadãos e onde, pelo menos para os países com menor peso, os ditames do económico são apresentados como inevitáveis.

Não é, certamente, este o caminho mais seguro para construir uma Europa solidária que afaste o risco de os nacionalismos emergirem como a linguagem política capaz de afrontar a esmagadora lógica do mercado.

A perspectiva actual da construção da Europa, agravada pela presente preponderância do liberalismo económico, conduz a uma polarização — não apenas agrícola — entre países assistidos e produtivos. Esta polarização tem consequências inevitáveis e inaceitáveis para a economia, o território e as populações dos países para que se destina um perfil não produtivo e afectará forçosamente o peso político destes países nas instâncias políticas europeias. De facto, com a progressiva debilitação das estruturas produtivas também diminui a capacidade de escolhas políticas não subordinadas às dos países ricos da CE. Para evitar esta situação têm de se alterar os referenciais da construção da Europa, subordinando o grande mercado à edificação de um espaço político em que cada um possa compatibilizar, na sua identidade, nas opções políticas, nas condições de vida e trabalho e mesmo na opção do local de residência, a raiz nacional com uma efectiva inserção europeia. Com esta perspectiva, como facilmente se aceita, mudam radicalmente as coordenadas em que a PAC pode assentar a sua legitimidade.

A segunda reflexão decorre de que, paradoxalmente, hoje começa a delinear-se o renascer, pelo avesso, da questão da terra. De facto, com o anunciado e esperado declínio da agricultura está previsto no quadro da nova PAC que os grupos sociais ligados à posse da terra recebam rendas, pagas pelos cofres públicos, sem produzir. Ou seja, é a propriedade privada da terra a surgir, despida de qualquer alibi produtivo, como recebedora de rendas. Regressa, assim, embora por outro caminho e noutro contexto, a questão da legitimidade económica de rendimentos fundiários decorrentes apenas da condição de proprietário. Questão que foi um dos temas centrais nos confrontos em torno da terra desde o século passado.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, 547 páginas.
BAPTISTA, F. Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, 414 páginas.

- BAPTISTA, F. Oliveira (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, 114 páginas.
- CALDAS, E. Castro (1978), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, 252 páginas.
- CARVALHO, Agostinho (1984), *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960-1975. Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura*, Oeiras, 412 páginas.
- ESTÁCIO, F., e M. Pereira (1968), *Produtividades do Trabalho e da Terra no Continente*, Lisboa, 103 páginas.
- GIRÃO, J. A. (1980), *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-73): Uma Perspectiva*, Oeiras, 195 páginas.
- GOMES, M. Azevedo, H. Barros e E. Castro Caldas (1945), *Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais*, separata da *Revista do Centro de Estudos Económicos*, 187 páginas.
- MURTEIRA, M. (1977), *Política Económica Numa Sociedade em Transição*, Lisboa, 234 páginas.
- PEREIRA, M. Halpern (1974), *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, Lisboa, 58 páginas.
- PINTO, A. S., F. Avillez, L. Albuquerque e L. F. Gomes, (1984), *A Agricultura Portuguesa no Período 1950-1980*, Lisboa, 74 páginas.
- ROSAS, Fernando (1990), *Portugal entre a Paz e a Guerra*, Lisboa, 484 páginas.